



**PROFESSORAS NEGRAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
UFAC: PERCURSOS E DESAFIOS NO ÂMBITO DA DOCÊNCIA**

Sulamita Rosa da Silva¹

Tânia Mara Rezende Machado²

RESUMO

A presença de mulheres negras nos espaços públicos é algo que ainda pode ser visto como casos específicos de sucesso escolar. Ser professora e negra, nestes meandros, é ocupar espaços que não lhes é próprio. É mesmo em meio a um lugar marcado pela eurocentração patriarcal, resistir, persistir e construir legados. Diante desta abordagem, a presente proposta de pesquisa tem como objetivo geral analisar as trajetórias/percursos de professoras negras nos cursos de formação de professores da Ufac no período de 2018 a 2019, identificando concepções de decolonialidade durante suas travessias e nas organizações curriculares dos planos de ensino de todos os cursos de licenciatura que lecionam, como forma de contribuir para a formação de futuros docentes que visem uma prática educativa de fato crítica e emancipadora. Os procedimentos metodológicos consistirão na técnica snowball, ou cadeia de informantes, em que os próprios participantes indicarão outros sujeitos até atingir um ponto satisfatório das informações. Questionários e entrevistas semiestruturadas descreverão perfis socioeconômicos das docentes negras e suas histórias de vida respectivamente, bem como, as análises documentais para estudo dos seus planos de ensino serão realizados para efetivação deste estudo. Como referencial teórico, nos respaldaremos em autores como: Boaventura de Sousa Santos (2009), Costa e Grosfoguel (2016), Carneiro (2003), Costa (1995), Crenshaw (2002), Dubet (2001), Euclides (2017), Guimarães (1999), Hooks (1981), Quijano (2009), Ribeiro (2017, 2018), Scott (1995) entre outros, que subsidiarão as reflexões teóricas aqui levantadas. O presente estudo ainda está em construção, cujas contribuições esperamos que possam ser de suma significância para o combate de práticas sexistas, racistas e estereotipadas na academia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Negra. Professora. Decolonialidade. Trajetórias.

¹ Mestranda em educação pela Universidade Federal do Acre. E-mail: sulaczs.sr@gmail.com

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Acre. E-mail: taniaufac@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A história da população negra no contexto brasileiro foi permeada de conflitos e opressões. O colonialismo europeu acarretou num cenário de desigualdades não apenas sociais e econômicas, mas também de desigualdades raciais e de gênero. Estas relações de desigualdades ainda estão presentes mesmo após a abolição da escravatura, dos movimentos sociais realizados em prol da aquisição de direitos e da promulgação da Constituição Federal de 1988. Ainda há muito a ser feito, tendo em vista que a sociedade ora avança, ora retrocede, em meio aos diferentes contextos políticos, sociais e econômicos.

As mulheres negras desde o período escravocrata e pós-abolicionista são as que mais sofreram com o contexto de desigualdades. Pois como aponta Mirza (1997), quando se fala em estudo de mulheres, são enfatizados mais as demandas e necessidades da mulher branca; e, quando se fala em raça, são explicitados as especificidades dos homens negros, não abarcando as necessidades de mulheres negras em sua completude.

É neste contexto, que a interseccionalidade é discutida, cujo conceito apresentado por Crenshaw (2002) explana sobre a precisão de analisarmos as diferentes formas de opressões, isto é, as desigualdades raciais e de gênero às quais mulheres negras são submetidas. Ocuparem os espaços públicos em cargos de prestígio social são exceções como nos aponta Euclides (2017), em que os lugares muita das vezes ocupados pelas mulheres de cor ainda são nos espaços privados como domésticas.

E esta análise não deslegitima o serviço explicitado, mas apenas reflete em como a estruturalização do racismo e as desigualdades de gênero foram permeadas na sociedade, atingindo as mulheres negras com maior precisão, sendo relegadas a espaços em sua maioria excludentes, de opressão, permeados por práticas sexistas e desiguais.

Em torno dessas discussões, nossa pesquisa se situa ~~em~~ justamente analisar as travessias de mulheres negras, docentes universitárias, sejam estas substitutas ou efetivas, graduadas, especialistas, mestradas ou doutoras, que romperam com a lógica racista/patriarcal e ocuparam um espaço que não lhes é próprio na ótica padronizadora/eurocentrizada: ser docentes universitárias em uma universidade pública federal.



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

O objetivo, portanto, consiste em analisar as trajetórias/percursos de professoras negras nos cursos de formação de professores da UFAC, contemplando os cursos de licenciatura que as docentes atuam, tais como: Licenciaturas em Filosofia, Educação física, Artes Cênicas, Química, Geografia, Música, História e Pedagogia, identificando concepções de decolonialidade durante suas travessias e nas organizações curriculares de seus planos de ensino, como forma de contribuir para a formação de futuros docentes que visem uma prática educativa de fato crítica e emancipadora.

Quanto à metodologia, esta se respalda nos estudos pós-críticos, em que Gastaldo (2014) nos orienta a pensar sobre a necessidade de analisarmos a realidade não somente pelo ponto de vista da classe, que acaba tornando-se uma análise universal e genérica, mas as diferentes formas de opressões, as subjetividades dos sujeitos, as vozes dos que foram silenciados pela história oficial. Abrangendo, por conseguinte, as desigualdades de classe, raciais e de gênero.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa em construção traz uma abordagem qualitativa, sendo de natureza aplicada e também se configurando em uma pesquisa exploratória. Realizamos o estudo bibliográfico levantando diferentes autores, tais como Boaventura de Sousa Santos (2009), Carneiro (2003), Costa e Grosfoguel (2016), Costa (1995), Crenshaw (2002), Dubet (2001), Euclides (2017), Guimarães (1999), Hooks (1981), Quijano (2009), Ribeiro (2017), Scott (1995) entre outros.

A análise documental e o estudo de campo ainda estão em andamento, na perspectiva de identificar nos planos de ensino das docentes concepções de decolonialidade adotadas em sua bibliografia. Enquanto que o estudo de campo consistirá em entrevistas de caráter narrativo, visando descrever histórias de vida, trajetórias e desafios encontrados no âmbito da docência enquanto mulheres e negras na academia.

A identificação das professoras está acontecendo por meio da técnica snowball, em que as próprias professoras indicam outras docentes que se autodeclaram negras, e assim ocorrem os contatos iniciais. A seguir, abordaremos reflexões sobre o estudo bibliográfico realizado, corroborando para o andamento da pesquisa e suscitação de maiores discussões no decorrer da presente investigação.



2 RAÇA E GÊNERO: ABORDAGENS INTERSECCIONAIS INTRODUTÓRIAS

Ao abordamos o conceito de raça, Munanga (2003) traz importantes contribuições realizando uma análise profunda a respeito desta categoria. Ele aponta que os estudos científicos eram utilizados para justificar a prevalência de um grupo sobre o outro, atribuindo a padronização do homem branco europeu como única válida. Os demais grupos por não se encaixarem nas características fenotípicas dos europeus deveriam submeter-se a este grupo social dominante.

E diante de tal fator, a escravidão foi consumada e legitimada por séculos. A população negra no Brasil ainda é alvo de diversas práticas discriminatórias. Trabalhos exaustivos, explorações e violações contra o homem negro e a mulher negra foram de fato presentes no decorrer do período escravocrata. No entanto, mesmo abolida a escravidão, ainda observamos casos extremos de racismo e discriminações nos dias atuais.

Em denúncia as discriminações raciais contra a população negra, foram criados movimentos sociais negros que lutam e reivindicam respeito, igualdade de oportunidades e acesso aos mais diversos espaços, pois o contexto de desigualdades ainda se faz presente em diversos âmbitos na sociedade capitalista.

Guimarães (1999) ressalta que raça também pode ser visto como uma classificação social, tendo como suporte uma atitude negativa frente a certos grupos sociais. Hoje, esta categoria é assumida como representação no campo político e social, como forma dos negros e negras assumirem suas identidades, apropriarem-se de sua cultura, de saberem quem são e militarem por seus direitos enquanto sujeitos históricos, culturais e sociais.

No tocante a Gênero, Scott (1995) critica os estudos que enfatizam esta categoria como sinônimo sobre os estudos das mulheres do ponto de vista meramente biológico e binário, pois acabam atribuindo conceitos essencialistas, universais e descritivos para explicar a história das mulheres. A autora discorre que o estudo do gênero engloba o mundo das mulheres e dos homens, e assim:

Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (p. 75).

Diante disso, a autora destaca que o estudo do gênero engloba o sexo, mas não é legitimado por ele. As relações entre os sexos são relações sociais, culturais, que não podem ser vistas apenas sob um viés masculinista e padronizador, mas levar em conta todo o contexto no qual os sujeitos estão inseridos. No entanto, somente os estudos de gênero, conforme explicita a autora, não possuem arcabouço teórico o suficiente para explicar as desigualdades histórico-sociais existentes, em detrimento de ser uma categoria relativamente nova.

Destarte, as pesquisas sobre gênero se aplicam muita das vezes aos estudos das mulheres e as suas histórias, em que as ondas do feminismo tem se respaldado para legitimar seus estudos enquanto teoria e assim conquistarem os mais diversos espaços que lhes foram negados em detrimento da lógica patriarcal. No entanto, ao estudá-los é preciso ultrapassar a visão universal de apenas explanar sobre as reivindicações das mulheres brancas de classe média.

Neste cruzamento entre raça e gênero que a interseccionalidade discutida por Crenshaw (2002) se situa. Ao abordar tal conceito, Crenshaw explicita a respeito dos diversos eixos de discriminação no qual as mulheres negras são submetidas: as desigualdades raciais por serem negras, as discriminações de gênero por serem mulheres e as de classe por serem pobres, estando as mulheres negras no centro das colisões destes eixos.

Hooks (1981) afirma que o lugar das mulheres negras no período escravocrata era representativo de concreta desigualdade e violência. Além de trabalharem nas plantações, realizando os mesmos serviços que os homens negros, ocupavam funções de lavadeiras, babás, cozinheiras, etc. Soma-se a isso diversas violações, inclusive sexuais, que sofriam essas mulheres em decorrência da objetificação e desumanização de sua existência, na condição de escrava. Estes serviços foram legitimados de tal forma, que Euclides (2017) enfatiza a respeito do lugar social ainda ocupado pela mulher negra no campo de trabalho, sendo em sua maioria domésticas, estando em prol do atendimento às necessidades dos



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

padrões brancos, sejam as condições trabalhistas de caráter informal ou formal. Desse modo, Euclides afirma que:

Pode se dizer que os ranços históricos da escravidão destinaram às mulheres negras papéis e símbolos específicos que prevalecem de forma nítida principalmente com relação às poucas oportunidades no mercado de trabalho e autonomia em relação às mulheres brancas. Mesmo compartilhando com outros negros, a marca da diferença da cor, mulheres negras quando situadas em relação a eles, são duplamente discriminadas tendo em vista as hierarquias de gênero. Tais questionamentos surgiram das inquietações e reflexões estabelecidas por mulheres negras que não se viam representadas em ambos os movimentos: negro e feminista (p. 42).

Diante de tais abordagens, os estudos sobre as mulheres e sobre os negros podem em muitos casos abarcar demandas que não necessariamente contemplem as mulheres negras, em que estas acabam sendo relegadas ao ocultamento não apenas no campo teórico na academia, como também na atuação nos espaços públicos.

Ribeiro (2017) nos alerta que “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar o gênero de uma outra forma” (p. 63). Assim, a questão dos “locais sociais” que Ribeiro parafraseia de Collins (1997), norteia as relações de poder e as hierarquias sociais ainda presentes na sociedade em que vivemos.

Por meio de tais abordagens foi possível notar que as mulheres negras são situadas, enquanto sujeitas interseccionais, cujas discriminações ativas explicitadas por Crenshaw as norteiam em todos os âmbitos sociais. Ao conseguirem ocupar cargos de maior prestígio no imaginário social, como por exemplo, de docentes universitárias, rompem com a padronização excludente. No entanto, podem ser utilizadas como exemplos meritocráticos, cujo conceito envolve a justificação das desigualdades através da superação e do mero esforço próprio.

Dubet (2001) pondera a respeito das desigualdades multiplicadas, visto que em detrimento da “igualdade de oportunidades a todos” (grifos nossos), todos têm direito a escolarização, logo, basta apenas esforçarem-se para saírem das condições de oprimidos e conseguirem sucesso profissional.

Casos específicos de sucessos escolares são utilizados como exemplos, como superações, atribuindo à culpa a quem ainda não conseguiu sair do estado de marginalização,



legalizando as desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero. Discriminações estruturais e específicas tal como conceitua Crenshaw, acrescidas do mascaramento das desigualdades mistas, norteiam a sociedade em que nos situamos.

Não obstante, estamos analisando as trajetórias e travessias das professoras negras que atuam nos cursos de licenciatura da UFAC, casos específicos de sucessos escolares e profissionais. Trajetórias, cremos nós, não harmônicas e não lineares, que intermedeiam as discussões aqui expressas.

3 MULHERES NEGRAS NA ACADEMIA: AS EXCEÇÕES DA REGRA

Nogueira (2009) enfatiza a respeito dos capitais culturais, econômicos e sociais, que corroboram para a ascensão social dos sujeitos, principalmente no espaço escolar. Sendo assim, aqueles que não possuem meios de acesso à cultura, boas condições financeiras e influencias nas relações sociais, sofrerão com os processos de desigualdades dentro do espaço escolar por intermédio da violência simbólica presente neste contexto.

Em contraposição a estes conceitos macrosociológicos empregados por Bourdieu, Lahire (1997) salienta a respeito da importância de uma análise levando em conta as relações micros sociais, isto é, as especificidades das diferentes realidades, não as reduzindo somente a aquisição ou não dos capitais supracitados de Bourdieu. Então Lahire realizou uma pesquisa, cujos resultados salientaram a existência de alunos provindos das camadas populares, que conseguiram obter êxito na escola, alcançando assim o sucesso escolar propriamente dito.

No entanto, como já salientado anteriormente, esses casos de sucessos escolares são específicos, tendo em vista que os fatores sociais, econômicos, e também as questões de gênero, raça e etnia, influenciam a trajetória dos sujeitos, ora para seu sucesso, ora para fracasso escolar, mas que não necessariamente seja um fator determinante. Diante disso, em razão de sofrerem com as desigualdades raciais, de gênero e de classe, as mulheres negras podem encontrar mais dificuldades em conseguir ter acesso a uma escolarização básica de qualidade e ingressarem nos cursos de graduação.

Quando estas conseguem romper com a ótica eurocêntrica e sexista, conseguindo, por exemplo, ter acesso ao ensino superior e ocuparem cargos de poder, são casos específicos de



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

sucessos profissionais. Parafraseando Lahire, estas se tornam as razões do improvável, isto é, as exceções da regra.

Colaborando com estas reflexões, Carneiro (2003) elucida que o movimento das mulheres negras para conquistarem os mais diversos espaços e denunciarem práticas discriminatórias e segregacionistas vem promovendo:

- O reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- O reconhecimento das diferenças intergênero;
- O reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- O reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;
- O reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- O reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- O reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquidade, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas (p. 129).

Esses movimentos em prol das mulheres negras lutarem por seus direitos e melhores condições de oportunidades são relativamente recentes. Carneiro ainda afirma que somente a partir da Constituição Federal de 1988, que a igualdade entre homens e mulheres passou a ser de fato discutida juridicamente. Mas as desigualdades e discriminações ativas ainda se fazem presentes em diversos âmbitos, inclusive nas universidades.

Questões como essas são de suma importância para que venhamos refletir enquanto seres sociais, históricos, logo isentos de neutralidade quanto as mais diversas ideologias existentes. E porque não salientar estas temáticas nos cursos de formação de professores? Contribuindo, conseqüentemente, no desenvolvimento de futuros docentes que compreendam a complexidade destas interlocuções.

Professoras e professores das mais diversas áreas podem fazer estas inferências. Contudo, nosso foco de pesquisa se delimita a identificar se as professoras negras da UFAC dos cursos de formação de professores no período de 2018 a 2019 compreendem estas questões de abordagens que ultrapassam o colonialismo europeu, e enfatizam através de seus



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

lugares de fala, questões decoloniais em seus planos de ensino como, por exemplo, questões de raça e gênero.

Todavia, devemos levar em conta que não necessariamente de forma obrigatória, as docentes precisem abordar uma perspectiva decolonial na sua atividade docente. Em vista disso, Costa e Grosfoguel (2016) nos chamam a atenção a respeito do risco de um novo colonialismo intelectual nas teorias pós-coloniais, quer seja na tentativa de imposição de uma epistemologia, ou na negação dos conteúdos coloniais europeus e norte-americanos.

O que buscamos compreender e refletir não se remete, pois, há uma tentativa de imposição e policiamento, mas sim como afirma Santos (2009) num processo de ecologia de saberes no que tange ao tratamento a diversidade e respeito às diferentes culturas, e não somente discussões do ponto de vista da cultura hegemônica, evitando assim um suposto epistemicídio na academia, isto é, ausências de importantes autores terceiro mundistas, intelectuais negros, negras, indígenas, dentre outros.

Santos, nesse enfoque, ressalta um pensamento que cruzaria as linhas abissais, isto é, que iria além das epistemologias dominantes, da monocultura etnocêntrica presente nas universidades e nas escolas para ir de encontro a uma ecologia de saberes. A valorização da diversidade, do estudo do outro, implicaria, por conseguinte, nas palavras do autor, num movimento contra-hegemônico.

E assim, ao tratarem tais enfoques, as professoras negras universitárias poderão encontrar resistências, pois estarão questionando a história única e tratando temáticas que envolvem seus lugares de fala. Nas palavras de Ribeiro, estarão estilhaçando as “máscaras do silenciamento”, promovendo debates e discussões em torno destas categorias.

No entanto, presente pesquisa ainda se encontra em construção, onde encontramos oito professoras até o momento que aceitaram participar deste estudo. Quanto aos dados iniciais coletados até o momento, temos as professoras Azaleia, Gardênia, Girassol, Jasmim, Orquídea, Rosa e Violeta.

A professora Azaleia³ se autodeclara de cor preta, nasceu no Acre e sua idade é de 29 anos. Em relação aos dados familiares, a docente não tem filhos. Sua mãe é dona de casa e o

³Nome fictício como forma de preservar a identidade de todas as entrevistadas. Sendo, portanto, pseudônimos criados por nós.



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

pai encontra-se desempregado no momento. Ela sempre estudou em escolas e universidades públicas. Como docente universitária está lecionando para os cursos de Licenciatura em Química, Música e Educação Física. Quanto a participação em grupos de pesquisa, está inserida em um denominado Estudos sobre história da educação no Acre. Teve sua formação inicial em Pedagogia e, posteriormente, realizou o Mestrado em educação.

A professora Gardênia se autodeclara preta. Sua idade é de 53 anos. Ela nasceu no Maranhão em uma cidade do interior chamada Nova York. No que tange aos dados familiares, Gardênia também não teve filhos. Seu pai era agricultor e sua mãe tecelã, ambos já falecidos. Ela sempre estudou em instituições públicas, cursando Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Tem Doutorado em educação, está cursando o Pós-Doutorado em Educação e está participando do Grupo de pesquisa sobre produção do espaço na Amazônia (GEPEA). A docente ministra aulas nos cursos de Geografia, ora para a licenciatura, ora para o bacharelado.

A professora Girassol se autodeclara preta e sua idade é de 41 anos. Girassol nasceu em Minas Gerais, em Janaúba. No tocante a sua família, Girassol tem um filho que reside com ela. Já em relação aos seus pais, ambos trabalhavam como agricultores em Janaúba. Ela estudou em escolas públicas durante a educação básica e cursou a graduação em uma faculdade privada e o mestrado em uma universidade pública. Sua formação inicial foi no curso denominado Normal Superior, que atualmente reconhecemos como o curso de Licenciatura plena em Pedagogia.

O mestrado realizado por ela foi em Conhecimento e Inclusão Social em Educação. Além disso, participa do grupo de pesquisa denominado: O processo de construção do docente em História: possibilidades e desafios da formação inicial e da formação continuada do fazer-se historiador em sala de aula (GPPCDH). Atualmente, está ministrando aulas nos cursos de Licenciatura em Filosofia e Música.

A professora Jasmim se autodeclara preta e nasceu em Belém. Sua idade é de 36 anos. A docente tem uma filha. O pai trabalha como motorista e a mãe é dona de casa. Jasmim fez a educação básica em escolas públicas, e a universidade também foi em uma instituição pública. A graduação inicial realizada por Jasmim foi no curso de Música. Além disso, a professora está inserida atualmente nos seguintes grupos de pesquisa: Núcleo Amazônico de Pesquisa



Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Musical (NAP) e Núcleo Espírito-Santense de Computação Musical (NESCoM). Ministra aula apenas no curso de Licenciatura em Música.

A professora Orquídea se autodeclara parda. Nasceu no Acre e tem a idade de 48 anos. Orquídea tem três filhos e seus pais são aposentados. Estudou sempre em escolas e universidades públicas. Tem formação inicial em Ciências Sociais e Pedagogia e possui Mestrado em Educação. Não inseriu a participação em grupos de pesquisa e está lecionando atualmente nos cursos de Educação Física e Artes cênicas: teatro.

A professora Margarida se autodeclara preta. Ela tem 40 anos e sua naturalidade é acreana. Quanto à família de Margarida, ela possui um filho. Seus pais, ambos eram funcionários públicos estaduais. Sua mãe é aposentada, seu pai já falecido. Margarida estudou em escolas e universidades públicas. Sua formação inicial foi em Licenciatura em Geografia.

Posteriormente, realizou o Mestrado na área de Geografia e o Doutorado na área de Educação, participando atualmente dos seguintes grupos de pesquisa: Núcleo de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente Urbano e Rural – NuPEM (Instituto Federal do Alagoas, Instituto Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal do Acre) e do Grupo de Estudos sobre Produção do Espaço Amazônico – GEPEA. Margarida leciona nos cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Geografia

A professora Rosa se autodeclara parda e tem a idade de 35 anos. A docente também é natural do estado do Acre. Rosa não teve filhos. Seu pai era militar e sua mãe era cozinheira. Ela sempre estudou em escolas e universidades públicas. Sua formação na graduação foi em Pedagogia, cursando, posteriormente o Mestrado em Letras. Rosa não inseriu a participação em grupos de pesquisa. Porém, leciona nos cursos de Licenciatura plena em Pedagogia, História e Filosofia.

A professora Violeta se autodeclara preta. Sua idade é de 38 anos e sua naturalidade é do estado do Acre também. Violeta tem um filho apenas. Quanto aos seus pais, ambos são professores. Ela sempre estudou em instituições públicas, desde a educação básica a pós-graduação. Sua formação inicial foi em Licenciatura em História, cursando posteriormente o Mestrado em Letras, e está atualmente em processo de doutoramento. Violeta participa do grupo de pesquisa GPPCDH já mencionado anteriormente, e leciona no curso de licenciatura em História.



Como as entrevistas ainda estão sendo colhidas para análise, não fizemos afirmações consoantes às compreensões e percepções de cada docente. No entanto, podemos afirmar até o momento que as sujeitas da pesquisa relatam ser importante trabalhar com questões raciais e de gênero no currículo, no entanto, algumas professoras, tais como Rosa, Orquídea e Azaleia ainda sentem dificuldades em identificarem-se como negras, autodeclarando-se pardas, sendo que a professora Azaleia se autodeclarou preta no questionário, mas na entrevista de cor parda, não se aceitando como negra. São conflitos de saber de fato o que é ser negra. Discussões estas ainda em processo de reflexão e sistematização.

A priori, estamos colhendo estes dados iniciais, a fim de posteriormente traçarmos os perfis destas professoras. As entrevistas narrativas ainda estão sendo realizadas, em que por intermédio da técnica snowball estamos identificando as docentes como já mencionado, ouvindo suas narrativas a fim de atendermos o objetivo proposto inicialmente.

Esperamos que no decorrer da presente pesquisa, as trajetórias e travessias dessas mulheres possam nos ajudar a compreender e refletir sobre as categorias gênero e de raça de maneira interseccional, e não somente no meio acadêmico, mas tendo em vista um maior processo de reflexão que nos ajude a pensar na prática educativa em sua completude.

Ademais, nos ajude também a refletir sobre os cursos de licenciatura, tendo em vista que estas temáticas fazem parte da realidade dos estudantes-professores, uma vez que tais enfoques estarão presentes no cotidiano das escolas. Assim, é preciso uma formação que de suporte para os docentes trabalharem os conteúdos, visando uma prática educativa democrática e emancipadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos aqui algumas reflexões sobre raça e gênero de forma sucinta para que possamos melhor compreender como o lugar social dos sujeitos, tendo em vista seus contextos históricos, culturais e sociais influenciam nas suas trajetórias, colaborando para os seus sucessos ou fracassos escolares.

As mulheres de cor são as que podem encontrar maiores dificuldades no âmbito social, em detrimento de todos estes condicionantes supracitados. Encontra-las



profissionalmente ocupando espaços públicos como, por exemplo, de docentes universitárias, são casos específicos que muitas das vezes podem ser utilizados como exemplo para maquiar o processo de desigualdades sociais, raciais e de gênero ainda existentes na sociedade.

Além disso, os desafios encontrados em serem mulheres, negras e apropriarem-se de um referencial teórico que também as representam, podem gerar grandes incômodos por parte de alunos e docentes. Em contrapartida, as barreiras vivenciadas também podem ser transformadas em situações de aprendizagens inovadoras, que corroborem para uma formação emancipadora. Tendo em vista não negligenciar os já excluídos, mas trabalhando as suas histórias na construção de um empoderamento no coletivo parafraseando Boaventura de Souza Santos, rumo a uma educação pautada em epistemologias que cruzem as linhas abissais.

Portanto, a pesquisa em andamento tem como foco analisar as narrativas das professoras negras dos cursos de licenciatura da UFAC dos cursos já citados anteriormente, identificando através de seus percursos como é ser mulher negra e professora universitária. Além disso, visamos identificar como organizam curricularmente em seus planos de ensino, temáticas relacionadas às categorias raça, gênero, dentre outras abordagens decoloniais, contribuindo para uma educação mais humanizada no espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Comentários sobre o artigo de Hekman "Truth and Method: feminist standpoint theory revisited". Onde está o poder? **Signs**, v.22, 1997. [Tradução de Juliana Borges]

COSTA, Joaze Bernardino. GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 2016.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. **Trabalho docente e profissionalismo**, Porto Alegre: Sulina, 1995.



Revista
Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Universidade Federal de Santa Catarina, **Revista Estudos feministas**, 2002.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **As desigualdades multiplicadas**, Rev. Bras. Educ.[online], Rio de Janeiro, 2001.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias**: desafios e conquistas, Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará, 2017.

GASTALDO, Denise. **Pesquisador/a desconstruído/a e influente? Desafios da articulação teoria-metodologia nos estudos pós-críticos**. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti Racismo no Brasil**, São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; ed. 34, 1999.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. 1ª ed. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares**, São Paulo: Ática, 1997.

MIRZA, Heidi Safia. **Black British Feminism: A Reader**, London: Routledge. 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**, 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação**, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PARAÍSO, Marlucy; MEYER, DagmaEstermann. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. In: PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo**: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Editora Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Biblioteca Nacional de Portugal, Coimbra, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. In: QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**, Biblioteca Nacional de Portugal. Coimbra, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.